

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROJETO DE SOCIABILIDADE DAS CLASSES DOMINANTES: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DA TERCEIRA VIA NO BRASIL

LAMOSA, Rodrigo A. C. - rodrigo1281@yahoo.com.br
LOUREIRO, Carlos Frederico B. - floureiro@openlink.com.br

Resumo: Este artigo teve como objeto a inserção da Educação Ambiental (EA) nas estratégias empresariais, no contexto de reorganização da sociabilidade das classes dominantes, expressa no programa internacionalizado da Terceira Via. A pesquisa identificou que alguns setores do empresariado no Brasil, a partir da metade dos anos 1990, passaram a desenvolver novas estratégias de educação política, destinadas a reorganizar a dinâmica da sociedade civil, a partir do novo padrão de sociabilidade. A pesquisa concentrou-se na análise dos processos de hegemonia relacionados à formação da nova sociabilidade realizada pela classe empresarial no país, tentando responder duas questões: o empresariado no Brasil foi de fato portador de um novo projeto de sociabilidade? Existindo um novo projeto, em que consiste seu conteúdo, quais são suas estratégias e em que medida, a Educação Ambiental é incorporada neste novo projeto de sociabilidade? O artigo conclui que o processo de incorporação da EA como estratégia de educação política, realizada pelo empresariado, e a relação deste processo com o contexto de formulação e divulgação do novo padrão de sociabilidade das classes dominante, está sistematizado pelo programa da Terceira Via e se materializa através de projetos das empresas as escolas públicas.

Palavras-chave: Terceira Via – Sociabilidade –Educação Ambiental

Abstract: This article had as its object the inclusion of environmental education (EA) on business strategies in the context of reorganization of the sociality of the dominant classes, expressed in internationalized program of third way. The survey identified that some sectors of the business sector in Brazil, from half of the years 1990, began to develop new strategies for political education, aimed at reorganizing the dynamics of civil society, from the new standard of sociability. The search concentrated on the analysis of the processes related to the formation of hegemony of new sociability held by enterprise class in the country, trying to answer two questions: entrepreneurship in Brazil was in fact carrying a new project of sociality? There is a new project, what is its content, what are their strategies and to what extent, environmental education is incorporated in this new project of sociality? The article concludes that the process of incorporation of EA as a strategy of political education, carried out by the business sector, and the relationship of this process with the context of the formulation and dissemination of new standard of sociability of the dominant classes is systematized by the programme of the third way and materializes through projects of companies public schools.

Keywords: third way – Sociability – environmental education

Introdução

Este artigo teve como objeto a inserção da Educação Ambiental (EA) nas estratégias empresariais, no contexto de reorganização da sociabilidade das classes dominantes, expressa no programa internacionalizado da Terceira Via. A pesquisa identificou que alguns setores do empresariado no Brasil, a partir da metade dos anos 1990, passaram a desenvolver novas estratégias de educação política. Esta educação é destinada a reorganizar a dinâmica da sociedade civil e a aparelhagem estatal para sedimentar um novo padrão de sociabilidade. A pesquisa concentrou-se na análise dos processos de hegemonia relacionados à formação da nova sociabilidade realizada pela classe empresarial no país, tentando responder duas questões centrais: o empresariado no Brasil é de fato portador de um novo projeto para reordenar a sociabilidade? Existindo um novo projeto, em que consiste seu conteúdo, quais são suas estratégias e em que medida, a Educação Ambiental é incorporada neste novo projeto de sociabilidade?

O quadro teórico que me permitiu compreender a relação entre a inserção da EA nas escolas e as políticas públicas educacionais, permeada pela ação de empresários e organizações sociais, tem como referência o conceito de Estado, formulado por Antônio Gramsci. Em sua obra, Gramsci se refere ao Estado, distinguindo dois momentos de articulação do campo estatal: (1) em seu sentido estreito, considerando apenas a burocracia estatal e suas agências, secretarias, Ministérios e o Exército; (2) e em sua forma ampliada. A dominação de classe é exercida não somente através da coerção, mas através do papel educativo do Estado, procurando “realizar uma adequação entre o aparelho produtivo e a moralidade das massas populares.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980:128) Então, na mesma medida em que o Estado exerce suas funções coercitivas, desenvolve o plano ideológico e econômico. O Estado Integral define-se “como hegemonia encouraçada de coerção.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980:22)

O conceito de sociabilidade ou conformismo, inspirado nos escritos de Antônio Gramsci (GRAMSCI, 1999), foi utilizado como importante ferramenta teórica. Este conceito é usado, entendendo que as classes sociais produzem e reproduzem ao longo da história as condições objetivas e subjetivas de sua existência. Na atual fase do capitalismo, estas condições foram substancialmente modificadas, refletindo em um *novo padrão de sociabilidade* e em novos preceitos de participação, cidadania e organização. A sociabilidade corresponde à forma com que os homens e as classes produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, “sob mediação das bases concretas da produção, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presentes num certo contexto.” (MARTINS, 2009:11)

A primeira parte deste artigo se concentrou no programa liberal da Terceira Via para a reorganização da sociabilidade das classes dominantes, através da análise dos trabalhos de Anthony Giddens, principal responsável pela sistematização deste programa. Na segunda parte, o trabalho procurou identificar como o programa da Terceira Via foi contextualizado no Brasil, a partir da organização dos empresários através da difusão de aparelhos privados de hegemonia que ora formulam, ora divulgam o novo padrão de sociabilidade da classe dominante. No terceiro ponto, o artigo se concentrou nos projetos das empresas que estabelecem parcerias com escolas públicas e se responsabilizam pela inserção da EA neste espaço. Estes projetos foram selecionados após a pesquisa “A Educação Ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)”. Esta pesquisa identificou em uma amostra de vinte e cinco escolas que 43% inseriram a

EA através das parcerias com as empresas.

Este dado foi fundamental para compreender a necessidade de estudar o processo de incorporação da EA como estratégia de educação política realizada pelo empresariado e a relação deste processo com o contexto de formulação e divulgação do novo padrão de sociabilidade das classes dominante, sistematizado pelo programa da Terceira Via. O objetivo deste trabalho foi identificar o real sentido de apropriação da EA pelas empresas, historicamente consideradas inimigas do movimento ambientalista. Este objetivo está associado ao entendimento de que os problemas relativos à inserção da educação ambiental no espaço escolar e no sistema educacional exigem a compreensão dos contextos mais amplos e condicionantes econômicos e político, que situam os desafios da educação brasileira.

I. A TERCEIRA VIA: UMA PROPOTA DE REORGANIZAÇÃO DA SOCIABILIDADE DAS CLASSES DOMINANTES

A crise do padrão de acumulação, ocorrida a partir da década de 1970, exigiu das frações da classe dominante uma redefinição nas estratégias políticas, visando à obtenção da hegemonia. Os esforços para a consolidação de um programa que orientasse e dirigisse a classe burguesa, resultaram em uma série de insucessos, durante o período de implantação das propostas “neoliberais ortodoxas”, até a formulação do programa conhecido como “Terceira Via”.

O programa da “Terceira Via” está sistematizado na produção acadêmica de Anthony Giddens¹. A produção acadêmica de Anthony Giddens tem estreita relação com a atuação deste autêntico intelectual orgânico do Partido Trabalhista da Inglaterra. Quando escreveu *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*, em 1994, a tendência liderada por Tony Blair, Anthony Giddens e David Miliband fundava o movimento do Novo trabalhismo, conhecido posteriormente como “Terceira Via”. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia* foi editada após a primeira reunião realizada em 1998, em Washington, entre os novos trabalhistas ingleses e os novos democratas estadunidenses. As demais obras contribuíram para rebater as críticas como em *A Terceira Via e seus críticos*, ou realizar um grande balanço do movimento, reunindo trinta e três intelectuais de diferentes países, como em *O Debate Global da Terceira Via*. A obra mais recentemente editada no Brasil foi *A Política da Mudança Climática*, onde se depara com os problemas climáticos e defende como solução o empreendedorismo verde visando tornar viáveis os negócios sustentáveis.

A estratégia proposta no programa da “Terceira Via”, encontrou conjuntura favorável, desde a década de 1990, mobilizando intelectuais, empresários e políticos em diversos países. A “Terceira Via” se originou da mobilização das frações da classe dominante e seus intelectuais, diante da necessidade de redefinir as estratégias para legitimar a sociabilidade burguesa. O programa da “Terceira Via” propõem que:

“[...] o grande desafio dos socialistas modernos é governar o capitalismo de forma mais competente que os capitalistas. Alguma forma de socialismo de mercado poderá ser alcançada no futuro. Agora, porém, quando a Nova Esquerda disputa eleições e assume os governos, ela não o faz para transformar o país em socialista em um

¹ Anthony Giddens é britânico, sociólogo, reitor da London School Of Economics e um dos principais articuladores do Novo Trabalhismo inglês e da Cúpula da Governança Progressiva.

breve espaço de tempo – essa ilusão voluntarista está descartada -, mas para aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidade, lograr melhores taxas de desenvolvimento econômico do que os partidos conservadores.” (GIDDENS, 1999:5-6)

A Nova Esquerda, citada por Giddens, é outro termo que serve para designar a “Terceira Via”. Este movimento teve origem no interior do Partido Democrata, nos Estados Unidos, e no Partido Trabalhista, na Inglaterra. Nos dois casos, os partidos incorporaram o adjetivo “novo” ao seu nome: Novos Democratas e Novo Trabalhismo. Nos Estados Unidos, o programa da Terceira Via ajudou a orientar a administração do presidente Bill Clinton, eleito em 1992, e seus investimentos na disciplina fiscal, a reforma da saúde, o investimento em educação e treinamento, planos de obras sociais, programa de renovação urbana e uma posição firme em relação ao crime e as punições. A revisão das políticas neoliberais no quadro político dos Estados Unidos teve repercussão na atuação dos organismos internacionais. Em 1992, o Banco Mundial (BM), através do relatório assinado pelo vice-presidente Willi Wapenhans, passou a divulgar os princípios que mais tarde seriam sistematizados no programa da “Terceira Via”. Esta redefinição das políticas do BM teve impacto direto na relação do organismo com os países. Neste caso, este importante intelectual coletivo, representante das frações dominantes das principais nações imperialistas, cumpriu importante papel educador na formulação do novo padrão de sociabilidade. Neste período o BM determinou que empréstimos aos governos fossem feitos somente nos casos que: “[...] fossem implementadas políticas que tomassem como referência o preceito das ‘parcerias’ entre aparelho de Estado e organizações da sociedade civil. (MARTINS, 2009: 61-62)

Na Inglaterra, o Novo Trabalhismo convergiu parcialmente com a experiência da “Terceira Via” estadunidense. Sob a liderança do presidente Tony Blair, eleito em 1997, o Novo Trabalhismo passou a ser compreendido como o desenvolvimento da própria Terceira Via. (GIDDENS, 2001:13)

A divulgação do programa da Terceira Via, acumulado nas experiências nos Estados Unidos e na Inglaterra, gerou grande interesse em diversas lideranças de partidos social-democratas no mundo. Em 1999, um debate foi realizado em Washington. Neste debate estiveram presentes Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schroder da Alemanha, Wim Kok primeiro-ministro da Holanda na época e Massimo D’Alema primeiro ministro italiano. Em seguida, foi criada a Cúpula da Governança Progressista no seminário “Governança Progressiva no Século XXI”, realizado na Itália, na cidade de Florença. Esta cúpula é formada por uma rede de países governados por partidos social-democratas. O Brasil participou de todos os encontros, inclusive os que ocorreram posteriormente. Em 1999 (Florença), 2000 (Berlim) e 2002 (Estocolmo) o país foi representado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e desde 2003 (Londres), por Lula da Silva.

A “Terceira Via” parte do princípio que a “sociedade civil”, como a que existia no passado já não existiria mais. Os conflitos entre as classes sociais que estruturaram o capitalismo em um determinado período da história teriam sido “produto de arranjos sociais que não mais existem.” (GIDDENS, 1996:114) Afinal, o trabalho como visto anteriormente, não seria mais central nesta sociedade. No novo padrão de sociabilidade, o Estado deveria ser capaz de produzir a “renovação das solidariedades danificadas” pela antiga luta de classes.

Os conceitos “classe social”, “conflito” e “exploração”, seriam substituídos, segundo os teóricos da “Terceira Via”, por conceitos como “responsabilidade social”, “colaboracionismo” e “voluntariado”. Entendendo que as empresas,

sobretudo as corporações industriais, são com frequência as principais fontes de poluição, Giddens propõem que

“[...] os democratas modernizadores deveriam sempre que possível procurar trabalhar com as empresas em vez de contra elas. Os grupos e organizações empresariais devem ser ativamente recrutados para ajudar a criar uma sociedade, tanto no nível local como mundial, em que tenham um papel responsável.” (GIDDENS, 2001:144)

A perspectiva da responsabilidade das empresas é defendida pelos teóricos da Terceira via como fundamental no novo padrão de sociabilidade das empresas. Segundo Giddens, o governo deve “garantir que a responsabilidade corporativa dê peso total à responsabilidade ecológica, nos vários significados que este termo carrega.” (GIDDENS, 2001:148) A responsabilidade social e ecológica passou a fazer parte da estratégia política de diversas empresas, podendo afetar nos seguros de seus empreendimentos, na administração, em suas vendas e na relação com os consumidores. Segundo o intelectual Michael Jacobs, “[...] hoje nenhuma empresa de porte significativo pode dar-se ao luxo de ignorar fatores ambientais em sua tomada de decisões.” (GIDDENS, 2007:449)

A relação entre os empresários e a problemática ambiental, através do ideário da responsabilidade social, passou a ter destacada importância na educação política necessária ao novo padrão de sociabilidade, formado a partir da segunda metade no Brasil. Os aparelhos formuladores e difusores do novo padrão de sociabilidade foram importantes na mobilização dos empresários e o número de corporações associadas a estes aparelhos comprova o sucesso que certas frações tiveram na direção da classe dominante.

Segundo Giddens, o mundo do início do século XXI é caracterizado pelas incertezas. O aquecimento global é um dos exemplos citados pelo intelectual da Terceira Via. O debate sobre este tema divide os especialistas e segundo, Giddens, é um exemplo de fenômeno em que suas consequências são difíceis de serem avaliadas. Diante das novas incertezas do mundo contemporâneo, “não se pode lidar com elas com remédios antiquados” (GIDDENS, 1996: 12), por isto os receituários do liberalismo clássico ou os programas socialistas não dariam conta da atual realidade. O programa da Terceira Via seria, segundo seu principal sistematizador, aquele que melhor responde as necessidades da realidade das incertezas.

Uma questão de estratégia política se colocou como elemento que aproximou o programa da Terceira Via das propostas ambientalistas. Ambas se propõem como alternativas à disputa característica do século XX: capitalismo x socialismo. Enquanto, Giddens exalta o programa social-liberal como a terceira via, ou a via que melhor corresponde às necessidades humanas, muitos autores identificam nas teorias ecológicas a alternativa política. O próprio Giddens reconhece que a crise ecológica é “fundamental para as formas de renovação política” (GIDDENS, 1996:257) propostas pelo programa da Terceira Via.

II. A TERCEIRA VIA E O EMPRESARIADO BRASILEIRO

As experiências neoliberais e da “Terceira Via” que viabilizam a formação de um novo padrão de sociabilidade do capital no Brasil não foram resultados da imposição externa. As propostas de ajuste estrutural que orientaram a reforma do Estado brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, foram operadas por frações burguesas locais. Neste sentido, foi fundamental analisar os antecedentes históricos da formação deste padrão de sociabilidade e a atuação das frações locais,

através de partidos e aparelhos privados de hegemonia. A legitimação do projeto neoliberal foi produzida através da ação dos aparelhos privados de hegemonia, como por exemplo: o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS).

Os primeiros sinais da aproximação de certos setores do empresariado brasileiro do programa da Terceira Via foram às mudanças nas formas de mobilização e organização política deste segmento e a difusão dos novos parâmetros internacionais de cidadania, de participação e de sociedade civil nos anos 1990. Neste período, uma grande mobilização do empresariado brasileiro se intensificou, com objetivo de organizar a atuação de seus aparelhos privados de hegemonia. O GIFE foi criado em 1995, reunindo empresários que já debatiam filantropia empresarial, desde 1989, na Câmara Americana de Comércio. Em 2002 o GIFE era composto por trinta e duas fundações, vinte e sete institutos e dez empresas, todas ligadas ao grande capital nacional e estrangeiro.

O trabalho de educação política, iniciado no GIFE, foi aprimorado com a criação do Instituto Ethos, em 1998. A partir deste novo aparelho de hegemonia, a responsabilidade social se tornou uma ideologia que reúne idéias, experiências e propostas dentro de uma única concepção que visa organizar e impulsionar a classe empresarial na busca de determinados objetivos político-ideológico. (MARTINS, 2009) Organizações como o GIFE e Ethos desenvolveram uma grande estratégia política visando organizar a classe dominante e mobilizar toda sociedade em torno dos preceitos ideológicos da responsabilidade social. O fortalecimento destes aparelhos se deveu ao acerto da estratégia, sobretudo, nos aspectos relativos à formação de seus dirigentes, a propaganda e agitação das frações dominantes, e a viabilização financeira que sustentou suas ações.

O Ethos se fortaleceu, a partir de 2000, quando passou a receber o financiamento da Fundação Ford e pode estruturar sua inserção entre os meios de comunicação. Num primeiro momento, uma rede de jornalistas foi estruturada. Através de cursos de capacitação sobre a responsabilidade social, o instituto mobilizou cento e doze jornalistas, além de ter mantido contatos permanentes com outros 400 jornalistas, como mostram os Relatórios de Atividades (2000) e (2001) do Ethos. Em 2011, estão associadas ao Instituto, 1360 empresas localizadas em todos os estados da federação, com exceção do estado de Roraima.² No Rio de Janeiro são 182 empresas associadas ao instituto, entre elas as empresas: Ampla, Indústria Comary de Bebidas e Nova Cedae, presentes, por meio de projetos de EA, nas escolas públicas..

A mobilização de parceiros foi expandida quando o Instituto Ethos acertou acordos com diversos organismos da classe dominante brasileira (Confederação Nacional das Indústrias, SESI, FEBRABAN, GIFE). A parceria entre o GIFE, primeira organização empresarial atuante na difusão do novo padrão de sociabilidade, e o Instituto Ethos não ocorreu sem tensões. Entre estes dois aparelhos existiu, nos primeiros momentos, a disputa pelos associados e pelo papel de direção que melhor representaria os empresários diante dos desafios. No relatório de atividades do GIFE, o presidente do aparelho expressou as divergências. Segundo o dirigente, o GIFE: “serviu de celeiro a um conjunto de idéias, de bandeiras. Outras entidades surgiram, se apropriaram de alguns destes temas e se especializaram neles.” (KISIL, 2010:3)

Estas tensões entre os dois aparelhos empresariais permaneceram até o ano

² Informações disponíveis no site <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>, acesso em 12 de julho e 2010, às 14:15 h.

2000, quando o “Instituto Ethos foi convidado a se integrar como ‘parceiro institucional’ do GIFE, como consta no Relatório de Atividades desta organização” (MARTINS, 2009:163). A formação desta parceria integrou setores importantes do empresariado brasileiro na ideologia da responsabilidade social. Esta adesão foi importante para que o SESI, em 2000, viesse a incorporar esta mesma ideologia. O Plano Estratégico do SESI para o quinquênio 2000-2005 estabeleceu como prioridade difundir entre as empresas o ideário do novo padrão de sociabilidade do capital.

Em 2005, as principais frações do capital, incluindo as empresas associadas aos institutos analisados, realizaram o congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”. Este congresso foi organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações Jacobs e Coleman, ambas com sede na Suíça. O congresso resultou na mobilização de empresários em torno do projeto Compromisso Todos Pela Educação. Os empresários presentes saíram do evento “[...] com metas, estratégia, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da educação brasileira.” (MARTINS, 2010:10) O campo discursivo produzido pelo empresariado, na aparência, desconsidera o capitalismo, as classes sociais, a exploração, o bloco de poder e o padrão de acumulação do capital. A partir deste, os empresários mobilizam “indivíduos e organizações de caráter neofilantrópico que manejam a educação de modo que ela naturalize as profundas desigualdades de classe e o desemprego estrutural, a expropriação e a hiperexploração.” (LEHER, 2010)

III. AS EMPRESAS, AGENDA 21 E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO EM TERESÓPOLIS (RJ)

O município de Teresópolis está localizado no estado do Rio de Janeiro, na região serrana, em uma área de 770, 507 km², habitada por uma população estimada pelo IBGE em 150 mil habitantes. Entre os habitantes, 125 mil residem nas áreas urbanas e os outros 25 mil nas áreas rurais.

As características geográficas do município são sempre usadas como símbolos adotados pela prefeitura, exaltadas no hino da cidade e objeto de marketing de hotéis, comerciantes e todos os demais setores econômicos da cidade ligados de alguma forma a atividade turística. Existem diversos pontos geográficos que atraem interesse dos moradores e dos turistas, sendo explorados pela rede hoteleira e divulgados em sites sobre a cidade na internet. Existem três unidades de conservação presentes no município, centrais para as estratégias turísticas promovidas pelos setores públicos e privados da cidade: o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Municipal Montanhas de Teresópolis. Nesta realidade, a pesquisa identificou que algumas empresas com negócios na cidade desenvolvem projetos de EA para serem trabalhados nas escolas públicas.

Na amostra pesquisada, 43% das escolas afirmaram inserir a EA em seus currículos através de parcerias com empresas. Este número alto de participação do empresariado chamou atenção do pesquisador para um movimento analisado ainda de forma incipiente no campo acadêmico que estuda a inserção da EA nas escolas brasileiras.

No mesmo contexto em que a classe dominante reorganiza sua sociabilidade, resultando em ações de responsabilidade social, internacionalmente diversos programas, dentre os quais a Agenda 21, incluiu em seus textos o papel dos

empresários no desenvolvimento sustentável, reivindicando a definição da ONU. Em 1983, na sessão 38 da Assembléia Geral foi instituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, na sessão 42 das Nações Unidas foi apresentado o relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, aprovado sem restrições pelos vinte e três membros da comissão. Neste relatório foi apresentado o conceito “oficial” de desenvolvimento sustentável. No entanto, apesar da versão oficial, é possível dizer que mais do que um conceito, desenvolvimento sustentável é uma idéia-força, expressão do ideário das classes dominantes e, por isto, se consagrou como a versão oficial. De acordo com Erling Lorentzen, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): “Não é possível hoje pensar em sucesso se não houver preocupação com a sustentabilidade. É preciso haver uma sustentabilidade econômica e social também, para que as empresas se tornem competitivas mundialmente”. (CEBDS, 2010)

A sustentabilidade econômica seria garantida, na ótica liberal, com a diminuição da regulação capital-trabalho pelo Estado, com a conseqüente perda dos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores no padrão anterior de acumulação do capital. A sustentabilidade social seria possível através da responsabilidade dos empresários, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável. As ações empresariais teriam neste sentido um caráter público, porém não-estatal.

Na década de 1990 a divulgação dos programas de desenvolvimento sustentável foi feita pelos empresários membros da Business Charter for Sustainable Development (BCSD), conselho de apoio à ONU, integrado por conselhos nacionais em cinquenta países. No Brasil, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) foi a principal organização a divulgar o desenvolvimento sustentável, através de suas empresas associadas, promoção de cursos e sua revista Brasil Sustentável.

O relatório Brundtland, além de ratificar a elaboração liberal do desenvolvimento sustentável, recomendou a realização da conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Esta recomendação foi ratificada em 23 de dezembro de 1989 com a aprovação em assembleia extraordinária das Nações Unidas para a realização da conferência. Desde então, teve início a elaboração de esboços do programa Agenda 21, que, como todos os acordos dos estados-membros da ONU, sofreram um complexo processo de revisão, consulta e negociação, culminando com a segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, em 1992 no Rio de Janeiro, onde representantes de 179 governos aceitaram adotar o programa.

Em simpósio preparativo para a Rio-92, realizado com a presença de seiscentos empresários, o presidente do BCSD, Stephan Schmidheiny, resumiu nos seguintes pontos o modelo de sustentabilidade:

“o modelo de sustentabilidade a ser respeitado por governos e lideranças econômicas: promover uma economia de oportunidades para que as empresas tenham acesso aos mercados e tecnologias; diminuir a influência dos Estados no mercado; integrar valores ambientais às práticas comerciais; agregar valor aos recursos naturais utilizados no processo produtivo e estabelecer maior eficiência no processo econômico e no emprego de recursos naturais (gestão ambiental e tecnologia limpa).” (LOUREIRO, 2011:50)

A determinação do capital no discurso do presidente do BCSD é clara. A preocupação sincera com os anseios do capital e, por conseguinte, a defesa do livre

mercado é coerente com sua estratégia. Na Agenda 21, os empresários aparecem mais de uma vez, mas, sobretudo, no capítulo 30, intitulado “Fortalecimento do papel do comércio e da indústria” e são reconhecidos como agentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável, bem como para a diminuição da pobreza. Repetindo esta estratégia, Gaddotti, afirma que a aproximação dos empresários de uma “consciência ecológica” representa o “pontapé inicial de um novo projeto (paradigma) de sociedade, que indique a direção e forneça a força necessária para a construção de um novo mundo [...]” (GADOTTI, 2000:32)

A melhor forma de expressar esta nova “consciência ecológica” foi através de projetos de conscientização e um dos principais espaços escolhido para a execução foram às escolas públicas. Desta ação os empresários atingiam dois objetivos: (1) se inseriram em um mercado em potencial, no vocabulário empresarial, haja vista os valores do mercado editorial de livros didáticos; (2) passaram a usar a escola como espaço de divulgação desta “consciência ecológica”, produzindo o consenso junto aos filhos dos trabalhadores, fundamental para a hegemonia das classes dominantes no país. Assim, a inserção da EA nas escolas públicas passou a ser disputada pelos empresários. Na Agenda 21, a estratégia empresarial é contemplada em uma das recomendações do programa referentes à parceria entre Secretarias de Educação e organizações da sociedade civil:

“Recomenda-se que as autoridades educacionais, com a assistência apropriada de grupos comunitários ou de organizações não-governamentais, colaborem ou estabeleçam programas de treinamento prévio e em serviço para todos os professores, administradores e planejadores educacionais, assim como para educadores informais de todos os setores, considerando o caráter e os métodos de ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento e utilizando a experiência pertinente das organizações não-governamentais;” (AGENDA 21, 2010)

Em dezembro de 2002, a Assembléia Geral das Nações Unidas refletiu a estratégia dos empresários e adotou a resolução nº 57/254, que estabeleceu a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (2005-2014) (UNESCO, 2005). No contexto nacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) expressa a agenda dos setores dominantes. (LEHER, 2010) Sendo o principal projeto educacional do governo Lula (2003-2010), o PDE se tornou referência para as políticas educacionais em estados e municípios, estimulando as parcerias entre as redes públicas de educação com organizações empresariais, como foi identificado na pesquisa na rede municipal de Teresópolis.

Todas as três empresas identificadas pela pesquisa são associadas aos Institutos Ethos e Akatu, além do GIFE, e, portanto, são responsáveis por empreender ações que realizem as estratégias dos aparelhos privados de hegemonia em que estão inseridas. Os projetos analisados estão inseridos nos departamentos de marketing das empresas, sem haver a mediação de qualquer organização social, e são entendidos por este trabalho como parte da pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) que objetiva a conformação, além de claro, ser uma estratégia importante de divulgação da nova sociabilidade do empresariado.

O município de Teresópolis está localizado no estado do Rio de Janeiro, na região serrana, em uma área de 770, 507 km², habitada por uma população estimada pelo IBGE em 150 mil habitantes. Entre os habitantes, 125 mil residem nas áreas urbanas e os outros 25 mil nas áreas rurais.

As características geográficas do município são sempre usadas como

símbolos adotados pela prefeitura, exaltadas no hino da cidade e objeto de marketing de hotéis, comerciantes e todos os demais setores econômicos da cidade ligados de alguma forma à atividade turística. Existem três unidades de conservação presentes no município, centrais para as estratégias turísticas promovidas pela prefeitura e empresários da cidade: o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Municipal Montanhas de Teresópolis.

O processo acelerado de inserção da EA nas escolas brasileiras evidencia, não apenas o destaque que a temática ganhou, mas também o interesse de diversos segmentos da sociedade, incluindo com grande destaque o empresariado. Na amostra pesquisada em Teresópolis, 43% das escolas afirmaram inserir a EA em seus currículos através de parcerias com empresas. Este número alto de participação do empresariado chamou a atenção do pesquisador para um movimento analisado ainda de forma incipiente no campo acadêmico que estuda a inserção da EA nas escolas brasileiras. Vale ressaltar que o levantamento bibliográfico sobre o tema, além daqueles autores já citados, encontrou e dialogou com trabalhos do campo da educação que analisam a formação do pensamento pedagógico do empresariado (MARTINS, 2010; LEHER, 2008; RODRIGUES, 2002; CESAR, 2008; LAYRARGUES, 1998).

Em 2005, as principais empresas brasileiras, realizaram o congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”. Este congresso foi organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações Jacobs e Coleman, ambas com sede na Suíça. O congresso resultou na mobilização de empresários em torno do projeto Compromisso Todos Pela Educação. Os empresários presentes saíram do evento “[...] com metas, estratégia, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da educação brasileira.” (MARTINS, 2010:10) O campo discursivo produzido pelo empresariado, na aparência, desconsidera o capitalismo, as classes sociais, a exploração, o bloco de poder e o padrão de acumulação do capital. Através de projetos baseados no Compromisso Todos Pela Educação, os empresários passaram a mobilizar “indivíduos e organizações de caráter neofilantrópico que manejam a educação de modo que ela naturalize as profundas desigualdades de classe e o desemprego estrutural.” (LEHER, 2010)

Neste contexto, segundo Layrargues (1998), o empresariado, considerado o “vilão da ecologia”, até os anos 1980, vinha procedendo a uma apropriação ideológica do discurso ecológico, tornando-se “amigo da natureza” e “promotor privilegiado do desenvolvimento sustentável”. Nas escolas de Teresópolis que indicaram inserir a EA através de parcerias com as empresas, três projetos foram analisados: *Projeto Fazendo a Diferença* (Indústria Comary de Bebidas), *Programa CEDAE Educação Ambiental para as Escolas* (empresa de abastecimento Nova CEDAE) e *Projeto Ampla sobre Rodas* (empresa de energia AMPLA). Estes projetos foram conseguidos nas escolas pesquisadas, mas estão presentes para divulgação nos sites das empresas, até o momento em que este artigo foi escrito. Através destes projetos, o empresariado produz metas socioeconômicas e, agora, ambientais para a sociedade. Essas metas, Rodrigues (1998; 2002) chamou de *télos*. Em outras palavras, seria uma imagem construída pelo discurso hegemônico, servindo para “justificar, no presente, todas as privações e todos os sacrifícios (coletivos e individuais) impostos pela implantação das políticas que, proclamadamente, encaminharão a sociedade ao fim projetado” (RODRIGUES, 2002:105).

O Projeto Fazendo a Diferença foi apresentado em 2005, na Secretaria de Educação de Teresópolis. O projeto propôs uma reorientação cultural e social por

meio de ações educativas para despertar novos valores e atitudes, ampliando a consciência ativa de cuidado, visando à construção de um conceito de cidadania socialmente comprometida, ecologicamente correta e efetivamente participativa. Este é um exemplo claro de formação de um télos, como propôs Rodrigues ao analisar a formação do pensamento pedagógico dos industriais brasileiros (RODRIGUES, 1998).

Na primeira etapa experimental, com duração de seis meses, o projeto piloto começou em cinco unidades escolares: Escola Chiquinha Rolla (bairro Beira Linha), Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima (bairro de Fátima), Escola Manoel da Silveira Medeiros Sobrinho (bairro Vale do Paraíso), Escola Floripes Langoni Ferro (bairro Paineiras) e Centro Educacional Beatriz Silva (bairro Barra do Imbuí). Cada escola recebeu coletores para separação de material reciclável: recipientes de plástico, vidro, metal etc. Em 2010, este projeto foi encontrado em oito das vinte e cinco escolas pesquisadas.

Em março de 2010, durante as comemorações pelo Dia Mundial da Água, a Nova CEDAE, outra empresa que realiza projetos de EA em escolas de Teresópolis lançou oficialmente o Programa CEDAE Educação Ambiental para Escolas. O Programa tem como ferramentas um desenho animado, uma revista em quadrinhos infantil interativa e o ônibus CEDAE Educação Ambiental. O Ônibus “CEDAE de Educação Ambiental” está preparado para levar crianças em idade escolar a conhecer a Estação de Tratamento. A revista em quadrinhos infantil “Cuidando do Planeta” apresenta a história do personagem Chico Gota, com mensagens de proteção ao Meio Ambiente, economia de água e se tornar um vigilante. A proposta do livro é que o aluno se torne um “amigo do planeta”. O desenho animado “Caminho das Águas” mostra as aventuras de Chico Gota, na defesa das águas do planeta Terra.

Em Teresópolis, a Nova CEDAE organiza visitas de escolas a estação de tratamento de água da empresa. Nesta visitação, a empresa distribui o *Caderno de Educação Ambiental* e a *Revista Guerreiros da Água* editados pela primeira vez em março de 2006. A empresa promete, em seu site, que passará a distribuir o kit do programa CEDAE Educação Ambiental para as Escolas, a partir de 2011.

A empresa organizou em 2007, trinta e nove palestras para 6.549 estudantes das escolas municipais, estaduais e particulares em todo estado do Rio de Janeiro para alunos dos níveis de ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação. De acordo com a empresa, o objetivo era de fornecer esclarecimentos sobre tratamento, cuidados e escassez da água e maneiras de lidar com os esgotos sanitários. Além de todos estes objetivos declarados, é claro que as empresas quando produzem ações deste perfil objetivam criar uma auto-imagem de empresa-cidadã (CESAR, 2008).

No projeto de visitas às estações de tratamentos de água e de esgotos da CEDAE, segundo divulga o projeto da empresa, entre 2006 e 2010, a empresa recebeu a visitação de 3.393 estudantes dos níveis fundamental, 1.674 estudantes (1.041 em 2006) do nível médio, 1.374 estudantes (860 em 2006) e do nível superior e 108 estudantes (302 em 2006) do curso de pós-graduação. Neste projeto, a Nova CEDAE presenteia seus visitantes com a revista educativa “Guerreiros da Água” e cadernos sobre educação ambiental, bem como as explicações sobre técnicas do tratamento e da qualidade da água, além de informações de técnica dos tratamentos de esgotos.

Na pesquisa nas escolas de Teresópolis, além da Indústria Comary de Bebidas e a Nova CEDAE, outra empresa foi identificada: a Ampla. O projeto de

responsabilidade social da empresa Ampla é chamado de “*Consciência Ampla Sobre Rodas.*” O projeto faz parte do novo programa de responsabilidade social da empresa e reforça a política de incentivo ao uso racional da energia elétrica nas comunidades atendidas pela distribuidora. A Ampla adaptou uma carreta para percorrer as cidades de sua área de atuação, divulgando suas estratégias de uso eficiente de energia, segurança com a rede elétrica e preservação do meio ambiente. Todas as escolas da zona urbana foram visitadas por este projeto.

O projeto da Ampla desenvolve atividade de visitação e plantio de mudas no Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, onde os alunos participam de aulas da biologia. Este projeto   uma parceria entre a empresa e a prefeitura, através das Secretarias de Educa o e Meio Ambiente e Defesa Civil que atua diretamente na Unidade de Conserva o. A pesquisa identificou que três escolas pesquisadas já participaram do projeto. Apesar de propiciar aos alunos uma interessante visita a um dos parques da cidade, a pesquisa identificou que os projetos da empresa têm um impacto reduzido na realidade das escolas públicas, inserindo a EA nas escolas sem alterar profundamente as condi es da realidade escolar.

Conclusão

Neste artigo foi possível identificar que a estratégia das empresas de associar responsabilidade social e sustentabilidade   organizada nacionalmente pelas organiza es de mobiliza o, formula o e difusão do novo padrão de sociabilidade, analisado neste artigo a partir do programa da Terceira Via, sistematizado nas obras de Anthony Giddens. Esta estratégia   executada em Teresópolis através das empresas que desenvolvem projetos de educa o ambiental em escolas públicas.

A agenda formulada internacionalmente e sistematizada no programa da Terceira Via   encaminhada nacionalmente e localmente, nos estados e municípios “pelas fra es locais da burguesia, que recontextualizam as formula es dos organismos internacionais” (LEHER, 2010). No Brasil, documentos e programas que os governos afirmam serem críticos, na realidade interagem de forma subordinada com estas formula es. Um importante exemplo   o ProFEA, um dos materiais didáticos produzido pelo  rg o Gestor (formado pelos ministérios da educa o e do meio ambiente) da PNEA e um documento de referência para a Educa o Ambiental no Brasil, dada sua intensa distribui o e por ser um texto oficial. A tentativa de refletir uma Terceira Via, alternativa tanto ao capitalismo quanto ao socialismo, em certos pontos aparenta formar uma salada teórica no ProFEA. Este tipo de formula o   produzido afirmando ser possível formar “trabalhadores e empresários, sem fazer qualquer distin o do papel que a educa o ambiental cumpre para cada classe ou grupo social, como se fosse o mesmo papel e a mesma educa o ambiental para todos.” (KAPLAN, 2011)

Os autores do ProFEA afirmam a necessidade de construir uma Educa o Ambiental em que os conceitos “autonomia, alteridade, complexidade, democracia, identidade, Inclusão social, Justiça ambiental, a participa o e o controle social, o pertencimento, a Sócio Biodiversidade, o Saber ambiental, a Sustentabilidade, a Emancipa o, o Território, a Solidariedade e a potencia de a o” (ProFEA, 2006:10) são fundamentais. Ora, estes conceitos remetem a uma in mera quantidade de teorias com divergências profundas e várias correntes de pensamento muito distantes uma da outra. A mesma aparência de salada teórica ocorre quando os autores afirmam no ponto IV a necessidade dos espaços de a o e reflexão serem coletivos e “ter por referencial a situa o ling stica ideal de Habermas” (ProFEA,

2006:17) No ponto VI, dois parágrafos adiante, os autores afirmam que cada “processo formativo deve ter um currículo centrado na práxis.” (ProFEA, 2006:18) Estes dois trechos do documento oficial contribuem apenas para o esconder as diferenças teóricas, despolitizando a educação ambiental, impondo a unidade entre referenciais que são antagônicos. No caso citado, dois conceitos são apresentados sem o devido esclarecimento: Habermas ao desenvolver o conceito de comunidade lingüística ideal, parte da dualidade trabalho-linguagem e da determinação da esfera comunicativa. Contrariamente, o conceito de práxis desenvolvido por Marx, parte da noção unitária e contraditória, entendido dialeticamente, e da determinação ontológica do trabalho.

A EA proposta nos marcos teóricos da Terceira Via e inserida nas escolas através das parcerias com empresas, não transforma, ela reforma e conforma. A inserção da EA no ambiente escolar, principalmente no caso fortemente influenciado pelos projetos empresariais, reproduz de forma perversa o status quo, contribuindo para a sociabilidade do empresariado, sem considerar a transformação curricular (diretrizes, arranjo e conteúdo), a reorganização da carga horária docente (gestão escolar) ou formação continuada de professores, como proposto pelo MEC.

A pesquisa que orientou este trabalho possibilitou algumas conclusões. Primeiramente, é possível afirmar que setores do empresariado no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990, foram portadores do projeto para um novo padrão de sociabilidade. A principal característica desta reorganização foi à difusão de diversos aparelhos privados de hegemonia para a formulação e divulgação desta nova sociabilidade no conjunto da sociedade. Estes aparelhos têm nos projetos de desenvolvimento sustentável uma de suas estratégias de educação política, sendo as escolas públicas utilizadas pela estratégia empresarial para divulgação de sua sociabilidade. Por último, foi possível identificar que, ao contrário de melhorias nas condições de trabalho dos trabalhadores da educação (formação, reorganização da carga de trabalho ou fortalecimento do projeto político pedagógico das escolas), a EA tem sido utilizada como forma de inserção do empresariado nas escolas públicas. Por estes resultados, pode se concluir que a sociabilidade das classes dominantes, embora reúna novas estratégias, não universaliza os direitos sociais, entre eles a educação pública de qualidade. Os problemas relativos à inserção da educação ambiental no espaço escolar e no sistema educacional exigem a compreensão dos contextos mais amplos e condicionantes econômicos e político-institucionais, que situam os desafios da educação brasileira. Aqui se afirma claramente que institucionalização e universalização da escola pública de qualidade, incluindo em seu conteúdo a própria EA crítica, dependem, portanto, de políticas públicas e de recursos (financeiros e humanos), sem os quais não se garante os direitos sociais mais elementares.

Referências bibliográficas

AGENDA 21. Capturado na internet em maio de 2010. Disponível em: <http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>.

BRASIL, Presidência da República (Casa Civil): LEI N° 9.795, DE 27 de ABRIL DE 1999. Capturado na internet em janeiro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- CESAR, Mônica de Jesus. **“Empresa – cidadã”:** uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.
- CEBDS. O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://www.cebds.org.br/cebds/cebds> Acesso em 15 de janeiro de 2010 as 23 h.
- GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil: inovações em processo.** SP: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical.** Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **A Terceira e seus críticos.** Tradução de Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIDDENS, Anthony (ORG.). **O debate global sobre a Terceira Via.** Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benitto Croce. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.
- KAPLAN, L. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/PPGE, 2011. (Dissertação de mestrado em Educação).
- KISIL, Marcos. **A Fundação W. K. Kellogg e o desenvolvimento da enfermagem na América Latina.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo> Acesso em 20 de junho de 2010, às 11h20min
- LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.** São Paulo: Annablume, 1998.
- LEHER, Roberto. **Neoliberalismo se apropria da idéia de “inclusão” para privatizar a educação.** Jornal dos Sem Terra. Nº 308, NOV-DEZ, 2010.
- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** Rio de Janeiro: Editor Cortez, 2011.
- MARTINS, André S.. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- NEVES, L.M.W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso.** São Paulo, Ed. Xamã, 2005.
- RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- _____. **A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital In A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro: Editora DPeA, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPLA DE TERESÓPOLIS. **Proposta de implementação do ensino fundamental de nove anos na Rede Municipal de Teresópolis.** Teresópolis: 2009.
- UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional**